



ESTADO DO ACRE
Secretaria de Estado de Educação e Esporte

FÓRUM DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE DO ACRE – FORPROF AC
ATA DA I REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2012

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, às quinze horas, na Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria de Estado de Educação e Esporte, situada no Bloco "D" da Rua Rio Grande do Sul, número mil novecentos e sete, Bairro Aeroporto Velho, em Rio Branco-AC, realizou-se a I Reunião Ordinária do Fórum de Apoio à Formação Docente do ano de 2012. A reunião contou com a presença dos seguintes representantes: Marcello Ferreira, Coordenador de Articulação Acadêmica da Diretoria de Educação a Distância – DED/CAPES do Ministério da Educação; Daniel Queiroz de Sant'Ana, titular representante da Secretaria de Estado de Educação e Esporte – SEE e seu suplente, Marco Antônio Brandão Lopes, Diretor de Inovação da SEE; Gilberto Francisco Daimolin, representante titular da Reitoria da Universidade Federal do Acre – UFAC e sua suplente, Nabihá Bestene Koury; Renildo Moura da Cunha, representante titular da Área de Licenciaturas da Universidade Federal do Acre e seu suplente, Minoru Martins Kimpára; Myrna Freire da Cunha, representante substituta do Sr. Marcelo Minguelli, Reitor do Instituto Federal de Educação Profissional/IFAC; Sra. Maria de Fátima Miranda de Lima, representante suplente do Conselho Estadual de Educação/CEE; Maria Zélia da Silva Mendonça, da União dos Conselhos Municipais de Educação/UNCME; José Claudionor Gomes Cordeiro, representante suplente da União dos Dirigentes Municipais de Educação/UNDIME; Edileudo Rocha da Silva, representante suplente do Sindicato dos Professores Licenciados do Acre/SINPLAC. Também se fizeram presentes, na condição de ouvintes, Luiz Mattos e Nefretier Ciasta, do Núcleo de Educação à Distância da UFAC; Cleide Helena Prudêncio da Silva, Coordenadora de Ensino Superior e Educação à Distância da Secretaria de Estado de Educação e Esporte; Maria Lúcia dos Santos da Silva e Maria Zeli Calixto dos Reis, representantes da Coordenação de Avaliação e Fortalecimento Institucional – CAFI da SEE. Os representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Acre – SINTEAC e Associação Nacional pela Formação dos Profissionais na Educação – ANFOPE não compareceram. O Secretário de Estado de Educação e Esporte abriu os trabalhos enfatizando a importância da presença do representante do MEC, para que a reunião deste Fórum tenha a devida legitimidade. Apresentou sucintamente os tópicos abordados na reunião realizada em vinte de maio de dois mil e onze, quais sejam: a retomada dos trabalhos do FORPROF; informes sobre a indicação do representante do MEC; diretrizes para a construção da Política Estadual de Formação Docente; o diagnóstico das necessidades de formação docente a partir dos municípios, por intermédio da UNDIME, conforme necessidades já apontadas no PAR. Logo após, o Secretário Daniel Sant'Ana expôs os assuntos a serem

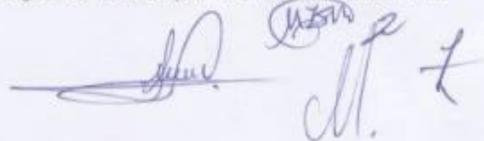
deliberados na presente reunião. Primeiramente, os informes do MEC: Criação do Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica; Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Portaria nº 1.328, de 23/11/2011) - Apresentação do fluxo para demandas de formação continuada dos Estados e Municípios ao MEC; Perspectivas para programas de formação inicial e continuada para os Sistemas Estaduais e Municipais; Relação entre PDE Interativo e PARFOR. Em seguida, informes sobre visita da CAPES para avaliação dos pólos de Educação à Distância do Acre; Adesão do Estado do Acre ao PARFOR para demandas de formação inicial; Necessidade de adesão das IE's ao PARFOR para a oferta de graduações/licenciaturas com a informação de que até o dia 11/03 deverá ser apresentada proposta de oferta de cursos presenciais, conforme capacidade institucional; Formação do Consórcio Estadual de Ensino Superior e Educação à Distância; Chamada pública para oferta de cursos de graduação à distância pela SEE; Anuência do Fórum no que tange a autorização para o curso de Matemática, Física e Ciências à Distância, da UFAC. Perguntou aos presentes se havia algum ponto de pauta a incluir e, não havendo sugestões, deu as boas vindas ao Professor Marcello Ferreira, passando a palavra ao mesmo, que abriu a conversa externando a grande satisfação que teve em ser designado para fazer parte deste Fórum, ao tempo em que esclareceu haver, por parte do Ministério da Educação, duas Diretorias da CAPES envolvidas nos assuntos pertinentes à formação: a Diretoria de Educação Básica, e a Diretoria de Educação à Distância, assumida pelo Professor João Carlos Teatini e à qual ele é vinculado. O Professor Marcello fez uma rápida apresentação, através de slides, sobre dois temas: a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e o Novo fluxo para a oferta de Formação Continuada. No primeiro tema, foram abordados os seguintes tópicos: o Decreto Nº 6.755/09, que disciplina a atuação do MEC e refere-se ao fomento a programas de formação inicial e continuada, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica; trata-se do Decreto que instituiu o Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente. Nesse sentido, foram detectadas a necessidade das seguintes melhorias: busca por maior convergência entre a oferta e a demanda dos cursos; institucionalização das iniciativas de formação continuada no âmbito das Instituições de Educação Superior; dar viés estratégico à gestão, pelo MEC, das políticas públicas nacionais para a formação de professores. Como avanços em 2011, assinalam-se: o advento da Portaria nº 1.087, de 10 de agosto de 2011, que institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica, responsável pela formulação, coordenação e avaliação das ações e programas do MEC, CAPES e FNDE, no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica. Tal Comitê é constituído pelo Secretário-Executivo do Ministério da Educação (MEC) e pelos titulares e suplentes das

The block contains three handwritten signatures or initials in blue ink. The first is a long, flowing signature on the left. The second is a more compact signature in the middle, with a small circular stamp above it. The third is a stylized initial or mark on the right.

Secretarias do MEC: SEB, SECADI, SESU, SETEC, SASE; da CAPES e do FNDE. O Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica tem como atribuições: I - propor diretrizes pedagógicas e definir cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação básica a serem ofertados às redes de educação básica; II - aprovar os planos estratégicos elaborados pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, de que tratam os arts. 4º, 5º e 6º do Decreto 6.755/2009; III - analisar a demanda e organizar a oferta dos cursos nos estados onde o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente não elaborar o plano estratégico; IV - definir, com base em custo/aluno por curso, montante de recursos orçamentários a ser alocado para implementação das ações de formação inicial e continuada de profissionais da educação básica; V - disponibilizar sistema de informação a ser utilizado pelas redes de ensino e Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente para o planejamento e monitoramento das ações de formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica; VI - indicar os representantes do MEC nos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, de que trata art. 4º, § 1º, do Decreto nº. 6.755/2009; e VII - monitorar e avaliar os programas de formação inicial e continuada financiados pelo MEC, CAPES e FNDE. Outro avanço em 2011 foi o advento da Portaria nº 1.328, de 23 de setembro de 2011, que institui a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública. Tem a finalidade de apoiar as ações de formação continuada de profissionais do magistério da educação básica e em atendimento às demandas de formação continuada formuladas nos planos estratégicos e é formada pelas Instituições de Educação Superior (IES), públicas e comunitárias sem fins lucrativos, e pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) que apresentarem seus termos de adesão à Rede, a qual deverá atuar em articulação com os sistemas de ensino e com os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. Essa rede será coordenada e supervisionada pelo Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica e cujas ações, no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, contarão com o apoio financeiro do MEC. Ainda como avanço em 2011, mencionou a Resolução nº 1, de 17 de agosto de 2011, que estabelece que as Instituições de Educação Superior (IES), públicas e comunitárias sem fins lucrativos, e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) que receberem apoio financeiro do Ministério da Educação (MEC), deverão instituir um Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Esse Comitê é responsável no âmbito da Instituição por assegurar a indução, a articulação, a coordenação e a organização de programas e ações de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica, bem como pela gestão e execução de recursos recebidos por meio do apoio financeiro. Participam desse Comitê representantes das Licenciaturas, das Pró-reitorias de Ensino de Graduação, de

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there is a long, horizontal signature. To its right, there are several smaller, more stylized initials and signatures, including one that appears to be 'M.' and another that looks like 'f'.

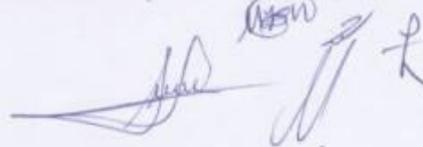
Pós-graduação, de Extensão ou equivalente, e do Coordenador do PARFOR Presencial e da UAB). Passando ao segundo tema, referente ao Novo Fluxo da oferta de formação continuada, falou sobre a criação de uma lista de cursos de formação continuada para levantamento da demanda de formação dos professores e sobre o levantamento da demanda de formação continuada pela escola – PDE Interativo. Enfatizou a necessidade de validação da demanda no PAR pela Secretaria de Educação e da elaboração do plano estratégico de formação pelo Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente, com vistas à aprovação do Plano pelo Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica e posterior encaminhamento para o MEC ou CAPES. De fevereiro a abril, deve ser apresentado o PDE INTERATIVO com sua demanda de formação continuada e catálogo de cursos, e deve ser validado pelo Secretário o PAR – planejamento de rede. Após, em maio e junho, fica a cargo do FÓRUM ESTADUAL a elaboração do planejamento do atendimento, com apresentação da demanda, de acordo com a capacidade de oferta, e o COMITÊ GESTOR NACIONAL encarrega-se da aprovação da oferta proposta nos planos estaduais e dotação orçamentária ou elaboração de convênios. Então deu-se início a questionamentos e discussões sobre o PDE Interativo, com intervenções do senhor Claudionor, que falou sobre as redes municipais, da senhora Lúcia, que discorreu sobre a inclusão de duzentas e cinquenta escolas estaduais, das quais trinta e cinco já tiveram PDE Interativo, devendo-se considerar, porém, que houve mudança recente na diretoria de algumas escolas. Mesmo contando com as regionais da CAFI (Coordenação de Avaliação e Fortalecimento Institucional da SEE), a questão preocupante é o prazo de trinta e um de março para conclusão dos PDEs interativos no âmbito do sistema SIMEC. A essa questão, o Secretário Daniel lembrou que devemos caminhar no sentido do cumprimento progressivo da meta, dado a impossibilidade de que todas as 661 escolas estaduais consigam elaborar seus PDEs interativos já no ano de 2012. Nesse momento, o Secretário Daniel Sant'Ana pediu licença para ausentar-se por instantes, para comparecer ao Auditório da SEE, para proceder com a fala de abertura na solenidade em que estavam sendo empossados 24 Professores Efetivos dos municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Santa Rosa, Sena Madureira e Senador Guiomard. Solicitou ao seu suplente, o Professor Marco Antônio Brandão, que conduzisse os trabalhos e pediu desculpas por não ter procedido com as apresentações ao início dos trabalhos, o que foi feito e, após, o Professor Marco Brandão explanou sobre a estrutura da SEE, a ampliação da rede de seiscentas e sessenta e uma escolas em funcionamento, das quais duzentas e cinquenta escolas já contam com a estrutura de acompanhamento mais sistemático por intermédio do PDE. Falou sobre as adversidades encontradas e as dificuldades do controle a ser feito com as escolas pelo nosso contexto diferenciado. Explicou sobre as dificuldades de acesso a alguns municípios, ao que a senhora Lúcia acrescentou que, em alguns municípios, as escolas rurais são a maioria; nesses casos, não há Internet, o que não chega a ser um empecilho, mas demanda mais



tempo, pois são necessárias viagens de barco, até doze horas de viagem. Mesmo assim, há escolas que já conseguiram aprovar seu plano. A essa questão, o professor Marco acrescentou que talvez a nossa adesão ao PDE Interativo e, via de consequência, ao novo fluxo para efeito de formação inicial e continuada, não ganhe a dimensão que gostaríamos de atingir, mas o Acre sempre faz as coisas acontecerem da melhor forma possível, independente das dificuldades. O professor Marcelo disse que a idéia é fracionar, para poder dar conta. Lucia explicou que estamos em fase de planejamento e que o momento estava sendo muito oportuno e as escolas estavam orientadas para fazer o diagnóstico e dia trinta de março elas deverão estar com seus planos de formação prontos e encaminhados para a SEE. Prosseguiu-se com as discussões sobre o PDE interativo, com as contribuições dos senhores Marcello, Marco Antônio, Claudionor e da senhora Fátima, mencionando-se o problema enfrentado com relação aos planos municipais, quando o Estado está passando pelo reordenamento da rede, fazendo com que cada município assuma suas atribuições, agora o professor passa a repensar seu papel dentro da rede de ensino e os municípios a assumirem suas responsabilidades dentro da rede. O senhor Dalmolin questiona se haverá algum critério para definição dos cursos e lembra que na reunião do ano passado havia essa discussão sobre a formação continuada. O senhor Marco explicou que esse era o papel do PDE Interativo e que, a partir desses diagnósticos os formadores saberão por onde caminhar. O senhor Marcello lembrou que a prioridade é a formação inicial, sem perder de vista a formação continuada e o que está faltando é o planejamento, que é um processo demorado. Além disso, o MEC tem sofrido muitas alterações, no meio do ano foi trocada uma equipe e toda a metodologia, agora tem novo Ministro, que já mexeu na estrutura e tudo isso tem algum impacto, mas todas as demandas que chegarem dos Fóruns serão analisadas, com possibilidade de deferência ou não. O senhor Edileudo perguntou quanto ao Mestrado em Matemática, ao que o senhor Marcelo respondeu não ser um assunto da CAPES, apesar de ter sido aprovado no âmbito da CAPES e estar sendo ofertado, mas é um caso a ser regulado pelo IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada) e pela SBM (Sociedade Brasileira de Matemática). E acrescentou que a questão atual é estabelecer qual seria o procedimento de trabalho inicial: diagnóstico para os PDEs interativos, cujo prazo é trinta e um de março. E a questão seria: quantas escolas poderão ser atendidas? A essa questão a senhora Lucia respondeu que são duzentas e cinquenta escolas com PDE interativo no Estado. A partir desses dados, a senhora Fátima manifestou desejo de saber: quantas escolas rurais estão inseridas nessa quantidade e, tendo em vista que grande parte das escolas rurais atendem ensino fundamental e médio na perspectiva de programas da florestania (ASAS), ressaltou que haveria uma preocupação, pelo fato do professor não ser da escola, mas estar lotado para trabalhar o programa. Nesse sentido, questiona qual seria o critério adotado, a fim de que esse professor possa identificar suas vontades, mesmo não sendo daquela comunidade escolar. O senhor Marcelo respondeu que no PARFOR só pode ser

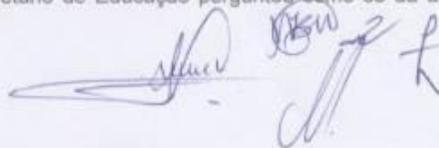


homologado na Plataforma Freire, o professor efetivo da Rede. Explicou que essa questão ainda não está equacionada no PDE Interativo. A senhora Fátima comentou que, nos municípios, grande parte dos professores tem apenas contratos provisórios, porém, devido a longos períodos de formação, foram contratados com formação inicial; mesmo assim, esclareceu que há um prejuízo quando esses professores não continuam naqueles municípios. O senhor Claudionor salientou que a formação foi importante para os municípios no momento da abertura de concursos e que muitos municípios aguardaram a finalização do processo de formação para realizarem os concursos públicos. O senhor Marco lembrou que muitas escolas rurais já se encontram na abrangência urbana e que, nesse sentido, é necessário pensar se devem continuar classificadas como escolas rurais. A senhora Lucia acrescentou que os professores que estão na zona rural passaram pela formação inicial. Em seguida, o senhor Marco questionou ao senhor Claudionor como se daria a interface com os municípios, sem haver exclusão, uma vez que o PDE será realizado com as duzentas e cinquenta escolas, ao que o senhor Claudionor respondeu que existe capacidade, mas a lentidão da Internet ainda é um fator que interfere. O Secretário de Educação retornou à sala de reuniões e, ainda nesse momento de tirar dúvidas sobre o PDE interativo, a senhora Fátima comentou que ainda não havia visualizado os municípios nessa conversa e perguntou se, efetivamente, ainda entrariam os municípios, ao que o senhor Daniel acrescentou que, teoricamente, os municípios deverão ter uma estrutura para auxiliar na elaboração do PDEs mas, na ausência desta, é necessário haver ao menos um profissional de referência. Ressaltou que, como disse o senhor Claudionor, a equipe da SEE demora mais tempo com as escolas municipais do que com as escolas estaduais, ao que a senhora Lucia esclareceu que já se trabalha de forma articulada pois, da mesma forma que o PDE tem um comitê gestor estadual, cada município também tem, entretanto, há municípios que não tem uma escola prioritária. O senhor Daniel prosseguiu a reunião a partir dos informes da visita da CAPES, ao que Cleide comentou que temos oito pólos e todos foram visitados e que na oportunidade foram feitas algumas recomendações, cujo relatório final deve estar vindo para a SEE. O professor Marcello falou sobre três conceitos: os Pólos AA, que podem começar um curso a qualquer momento; os pólos AP, que podem ser abertos com pendências; e os FR, pólos em fase de regularização e que não são o caso neste estado do Acre. A senhora Cleide Prudêncio comentou que a adesão ao PARFOR foi feita pelo Estado do Acre em fevereiro e que o processo está em fase de assinatura. O senhor Daniel, então, falou sobre a experiência do CEDERJ, o qual visitou em novembro de dois mil e onze, motivado pelo professor Pascoal Muniz da UFAC. Comentou que, na oportunidade, visitou a estrutura administrativa no Rio de Janeiro e o Pólo CEDERJ do Município de Piraí e verificou como se dá a experiência naqueles cursos à distância e semi-presenciais. Falou sobre a existência de um debate que está tomando conta da imprensa, sobre a possível criação de uma universidade estadual, o que seria ótimo, mas foi informado de que outros estados pequenos



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page. There are three distinct signatures: a large, stylized signature on the left, a signature in the middle with the initials 'MSW' written above it, and a signature on the right.

que tiveram essa experiência, estão sofrendo porque não há recursos, pois não existe dinheiro novo, sendo assim, bem mais interessante continuarmos fortalecendo as parcerias com a UFAC e o IFAC, repartindo atribuições e tendo uma oferta mais significativa de cursos de educação à distância no interior. O professor Marcello falou que conhece bem a estrutura do CEDERJ e que foi a partir daí que surgiu a experiência do ensino à distância do MEC; porém, trata-se de uma estrutura excelente para se conseguir cumprir as demandas, mas tão cara quanto uma universidade, ao que o professor Minoru acrescentou que, apesar de cara, se for diluída entre várias instituições não se torna tão pesada. O senhor Marcello explicou que o Governo do Estado do Rio de Janeiro coloca muito dinheiro no CEDERJ e é bastante oneroso, porque a instituição sustenta uma quantidade muito grande de bolsas que são da UAB. Após conversações sobre a estrutura do CEDERJ, o professor Renildo, da UFAC, lembrou que a Universidade espera que o Secretário marque uma reunião na próxima semana, salientando que a UFAC simpatiza bastante com essa questão da criação do consórcio de educação à distância para contratação de novos professores e ampliação do número de vagas, porém sabe-se que o investimento, tanto do lado federal quanto estadual, não deixa de ser um estímulo para um esforço a ser compensado. Ressaltou entender que tudo tem um custo e que para a expansão não se tem todos os parâmetros favoráveis mas que, no momento, há um só coordenador para quatro cursos, o que é incompatível. O professor Marcello falou que mesmo com grande aporte de recursos nas universidades federais, não se trata de uma expansão só de recursos. A senhora Myrna, do IFAC, falou quanto à democratização do ensino ser do interesse da instituição que ela representa e que já foram estabelecidas várias parcerias com a SEE; também esclareceu que se sabe da logística necessária e que não há a questão da bolsa, porém hoje está sendo ofertado, em educação à distância, um curso em parceria com uma instituição do Paraná, sem nenhuma contrapartida financeira. O senhor Marcello explicou tratar-se de iniciativa direta com eles, o que não ocorre no âmbito do programa com o MEC, uma vez que, nesse caso, haveria uma bolsa. A senhora Myrna comentou que o Estado poderia assumir, pois há interesse, mas seria preciso conversar, pensar na logística e na oferta. O senhor Daniel informou sobre chamada pública para selecionar instituições para efeito de oferta de um ou dois cursos à distância, mencionando a necessidade de se ter uma seleção temporária, enquanto finaliza-se o processo de credenciamento da UFAC e do IFAC para a oferta de cursos em Ead. O senhor Minoru perguntou se já se havia definido quais os cursos, ao que Daniel respondeu que Administração e Matemática, de forma integral, enquanto não houvesse o credenciamento da UFAC. O senhor Minoru perguntou sobre a quantidade de turmas, ao que Marco respondeu que seria uma turma em cada curso, em seis pólos. A senhora Myrna perguntou se um tecnólogo em administração poderia atender tal demanda, ao que o senhor Marco respondeu que seria possível apenas se fosse em gestão pública, por ser o foco. O professor Marcello questionou sobre a data da próxima reunião e o Secretário de Educação perguntou como se dá a



periodicidade nos outros estados. Após ser informado de que na maioria dos outros estados, as reuniões ocorrem trimestralmente e, ainda, que o Decreto determina que a periodicidade mínima seja semestral, o senhor Daniel propôs que as reuniões no Acre sejam realizadas a cada trimestre. Estando todos de acordo, ficou deliberado que a próxima reunião será realizada no dia dez de abril de dois mil e doze e que as reuniões seguintes serão realizadas a cada três meses. Ficou acordado que todos os representantes serão convocados através de ofício com um mês de antecedência, para garantir o maior número de participações possível. Por fim, foi reforçada pelos representantes do Fórum a importância da aprovação do Curso à Distância de Matemática e credenciamento da UFAC em Ead. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Daniel Queiroz de Sant'Ana agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião, cuja Ata vai assinada pelos membros e convidados presentes e por mim, Leila Zanardini Hoffmann, que secretariei a reunião e lavrei este documento.

Em Rio Branco (AC), 28 de fevereiro de 2012.

Marcello Ferreira (CAPES/MEC) MF

Daniel Queiroz de Sant'Ana (SEE) Daniel Queiroz de Sant'Ana

Marco Antônio Brandão Lopes (SEE) MR

Maria de Fátima Miranda de Lima (CEE) Maria de Fátima Miranda de Lima

Maria Zélia da Silva Mendonça (CME) MZ Mendonça

Gilberto Francisco Dalmolin (UFAC) _____

Nabiha Bestene Koury (UFAC) _____

Renildo Moura da Cunha (Licenciaturas UFAC) RF

Minoru Martins Kimpara (Licenciaturas UFAC) _____

Myrna Freire da Cunha (IFAC) _____

José Claudionor Gomes Cordeiro (UNDIME) JCGC

Edileudo Rocha da Silva (SINPLAC) ERS

Luiz Mattos (NEAD/UFAC) _____

Neffretier Ciasta (NEAD/UFAC) _____

Cleide Helena Prudência da Silva (SEE/Coordenação de Ensino Superior e Educação à Distância) _____ *Cleide*

Maria Lúcia dos Santos da Silva (SEE/CAFI) *Doutor* _____

Maria Zeli Calixto dos Reis (SEE/CAFI) _____

Leila Zanardini Hoffmann (SEE/Gabinete) _____

MARCELO MINGHELLI
(IFAC)

M.M.



ESTADO DO ACRE
Secretaria de Estado de Educação e Esporte
Gabinete do Secretário

FÓRUM DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE
1ª Reunião Ordinária de 2012, em 28/2/2012 - 15h
LISTA DE PRESENCAS

INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTES (NOMES)	ASSINATURA	E-MAILS
Secretaria de Estado de Educação - SEE	Marcelo Faria		mblopo@educacao.ac.gov.br
UAB / DD / MEC	Marcello Ferreira		marcello.ferreira@ufac.br
UFAC (Reitoria)	Luiz Natas Nefertari Cláudia Susaneiro Damasceno	 	lgomety@ufac.br NEFFET@UFAC.BR dalmo@ufac.br
UFAC (Licenciaturas)	Apelha Bastini Kany Mylene Faria da Cunha	 	mabila.bastini@ufac.br mylene.faria@ufac.br
IFAC			

SINTEAC				
GEE			Marina de Freitas Mendes de Pin	marina.mendes@lincacred.com.br
CME - Conselho Municipal de Educação / UNOME/AC			Maria Zélia da Silva Keubouca	mgmendemca@hotmail.com
UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação			for Opuchioner Gomes Cordeiro	undimeac@uol.com.br
ANFOPE				
SINPLAC - Sindicato dos Professores Licenciados do Acre			EDILENOZ RICARDO DA SILVA	professores.edilenoz@hotmail.com
CAFI - SEE			Maria Lúcia dos S. Silva Márcia Zeli Cabral dos Reis	maria.lucia.dos.silva@ac.gov.br zelicabral@yahoo.com.br
UFAC (RETÓRICA)			RENILDO MOURA DA CUNHA	renildomoura@ufac.br